



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Filomena dos Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas 20 minutos.

Sob proposta da Mesa, foi aprovada a alteração da ordem do dia, tendo merecido as intervenções dos Srs. José Viegas (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD) e Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

O Plenário deu início à apreciação conjunta, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, com as instituições da Área Institucional, nomeadamente Presidência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Defesa e Ordem Interna, Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e Justiça e Assuntos Parlamentares. Fizeram uso da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa), dos Srs. Ministros da Defesa e Ordem Interna (Óscar Sousa), dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e

Comunidades (Natália Umbelina) e da Justiça e Assuntos Parlamentares (Edite Tenjua), os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Delfim Neves (PCD), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL), Filomena Pina (PCD) e Jorge Amado (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, de acordo com a informação do Sr. Secretário da Mesa, existe quórum da maioria dos Srs. Deputados que integram esta Assembleia Nacional. Daí que estão reunidas as condições para darmos início a esta sessão, que tem como objectivo a discussão e votação, na especialidade, do OGE e das GOP, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
Ângela Viegas Santiago
António da Trindade Afonso **Ramos**
António Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Deolindo Luís da Trindade da **Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Danilo Neves **dos Santos**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa das Neves
Higino Vera Cruz **Will**
José da Graça **Viegas** Santiago
José Maria **Barros**
Jorge Amado
Joaquim **Rafael Branco**
Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Manuel Martins Quaresma
Silvia Ambrósio Gil **do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Cipriano Sousa **Riqueza**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria dos **Prazeres**
Francisco Inácio da Silveira **Rita**
Maria Edite Salvaterra Pinto
Yurgue-Anatali da Silva Correia **Francisco**

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedi aos serviços para convidarem Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e os demais Membros do Governo para tomarem os seus lugares na Sala. Porém, gostaria de voltar a sublinhar que continuamos a ter a ausência dos nossos colegas do ADI, que mais uma vez apanham falta.

Pausa para a entrada dos Membros do Governo na Sala.

Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Quero informar-vos que hoje vamos iniciar, conforme as deliberações de ontem, a discussão das GOP e do OGE para o ano 2013 e votação na especialidade.

Temos uma proposta de agenda dos trabalhos, infelizmente estamos a começar com um atraso de quase 90 minutos, e gostaria de pedir às Sras. e aos Srs. Deputados para evitar situações dessas no futuro.

Daí que gostaria de propor também à vossa consideração uma ligeira alteração da ordem do dia, para permitir que a discussão e aprovação pudesse ser feita com a qualidade exigida, mas ao mesmo tempo deixar aos Srs. Membros do Governo alguma margem, ou algum tempo para lidarem com questões administrativas e outras nos respectivos ministérios ao longo desses dias de discussão.

A proposta vai no sentido de, de acordo com o que temos, discutirmos hoje a área institucional e a área económica, amanhã discutiríamos a área social, reservando para a quinta-feira apenas a votação final global.

O que gostaria de propor a Vossas Excelências é que hoje, sobretudo tendo em conta o adiantamento da hora, discutíssemos apenas a área institucional, quer no que concerne às GOP quer relativamente ao OGE, deixando a área económica para o dia seguinte e a votação final pudesse acontecer no dia em que discutíssemos a área social. Isso permitirá, quer à 2.ª Comissão quer aos técnicos da Assembleia Nacional, ir fazendo a arrumação necessária de forma que na quinta-feira, quando aprovássemos finalmente o Orçamento, tudo pudesse estar dentro dos trâmites requeridos pelas nossas normas existentes.

Esta é a proposta que faço a Vossas Excelências e gostaria de saber a vossa reacção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o nosso Grupo Parlamentar não tem objecção nenhuma em relação a esta proposta e achamo-la racional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, concordamos plenamente com a proposta feita.

O Sr. **Presidente**: — Adoptadas as alterações sem nenhuma objecção.

Gostaria de propor-vos também que, de acordo com a nossa ordem do dia, iniciássemos a discussão na especialidade das duas propostas, começando pelas GOP, de forma que as leis que adoptam essas duas propostas fossem aprovadas apenas na quinta-feira, quando esgotássemos as discussões dos dois documentos.

Assim sendo, na especialidade temos, na área institucional, alguns sectores como a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Gabinete do Primeiro-Ministro, que contém algumas áreas específicas para além do gabinete em si, como a Administração do Território e a Comunicação Social. Temos também a área da Defesa e Segurança Interna, Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Justiça e Assuntos Parlamentares, que integram também questões relativas a Administração Pública e os Tribunais.

Esses sectores seriam analisados hoje naquilo que convencionamos chamar «área institucional».

Para facilitar a nossa discussão, gostaria de pedir as Sras. e Srs. Deputados, bem como o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental que, para além das considerações especiais no âmbito da especialidade, caso houvessem propostas de alteração, de supressão e de substituição, que elas fossem apresentadas no final de cada uma das intervenções.

Feitas essas considerações, declaro aberta as inscrições para intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, fez aqui a metodologia dos nossos serviços de hoje, gostava de saber em que área está a governação regional e local, porque não vejo no boletim informativo.

O Sr. **Presidente**: — Como dizia, da nova orgânica deste Governo, a área de Administração do Território, que engloba os poderes locais e regional, está sob a tutela de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Daí que, ao discutirmos a área institucional, aproveitaremos também para fazer essa abordagem.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Essa intervenção não traz nenhuma questão de fundo, mas apenas uma questão pontual que tinha e que me parece importante de toda maneira, que tinha colocado na minha intervenção no primeiro dia. Tem a ver com o Ministério da Defesa. Há sensivelmente 1 ano, aprovámos aqui a Lei de Programação Militar e, na altura da primeira intervenção, teria dito que essa Lei tem um peso orçamental bastante forte. A minha pergunta é se este Orçamento teve em consideração a Lei de Programação Militar, que prevê um conjunto de acções e despesas para este ano 2013.

Havia um conjunto de acções programadas, o que, ao não ser programado, gostaria de sugerir, um pouco na sequência da intervenção que fiz ontem, que o Governo trabalhasse no sentido de trazer uma proposta de revisão da Lei para adequá-la não só às nossas necessidades como às nossas possibilidades financeiras.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber se os Srs. Deputados têm ainda na área institucional, para facilitarmos o trabalho, propostas de alteração ou de supressão no âmbito das GOP. Porquanto, no que concerne ao OGE, temos os quadros e precisamos discuti-los.

Poderia, eventualmente, facilitar-nos a vida se discutíssemos também na área institucional as questões atinentes às GOP. Esgotá-la-íamos e depois passaríamos à questão do Orçamento, mas também na área institucional.

Murmúrios.

Estou a referir-me apenas à questão dos textos, não estou a propor a separação em si, de maneira física. Se houver melhorias no texto para as GOP, porque sei que a maior preocupação vai estar concentrada no OGE, mas caso haja propostas de melhoria ou de supressão que fizéssemos em simultâneo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Essa intervenção tem a ver com algo que tem sido muito badalado nos últimos tempos, uma constatação real que até o cidadão comum vem fazendo que é o incremento da criminalidade. É um facto real e os números indicam este aumento, mas curiosamente dois sectores que são fundamentais na acção para se debelar esta crise estão numa situação extremamente degradante.

Em recentes intervenções de Suas Excelências o Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro e também a Sra. Ministra da Justiça, abordaram a situação da PIC e do estabelecimento prisional. Nos últimos dias, estive nestes locais e pude constatar que a situação é ainda mais gravosa do que aquilo que foi descrito.

Na PIC acho que chegamos a bater mesmo no fundo, na medida em que a situação é quase impossível de descrever, porque o edifício tem falta de janelas, mesas, cadeiras, há falta de ventilação nas salas, de bens consumíveis como papel, etc., materiais informáticos, transporte para diligências, etc. Isso explica a total ineficácia da PIC e num país tão pequeno, em que muitas vezes as contradições que levam a existência do crime são quase que inesperadas. Pensamos que é urgente resolver os problemas - não só esses que acabei de referir, como sobretudo os ligados a ausência de enquadramento de agentes e funcionários. São mínimos agentes é que estão enquadrados ao nível do aparelho da Estado. Não há pagamento de subsídios de risco; de subsídios de piquete, nos termos estabelecidos na respectiva lei orgânica, tudo isso induz a uma completa desmotivação do pessoal da PIC.

Também estive no estabelecimento prisional e, para além das questões ligadas também aos agentes e algumas condições de trabalho que não existem, queria alertar o Governo para as humilhantes condições de alojamento dos reclusos, para as paredes com sinais de iminente desmoronamento, particularmente para o aspecto extremamente degradante da cozinha quase ao ar livre, sem as mínimas condições, oferecendo um espectáculo quase surrealista.

Penso que são dois sectores importantíssimos em relação à matéria de crime e por isso mesmo, teremos que nos preocupar com a solução dessas ineficiências.

É certo que fico satisfeito por ver retratada no OGE a preocupação por tais soluções, vêm afectados o montante de Dbs. 3 901 450 000 00 para a PIC, Dbs. 13 000 410 000 00 para o estabelecimento prisional, envolvendo a construção da primeira fase de um novo estabelecimento. Espero que esta primeira fase seja seguida rapidamente por uma segunda, de modo a melhorar a situação, porque lá estão alojadas pessoas que exigem um tratamento humanista e, por isso mesmo, não obstante terem praticado acções que possam contrariar aquilo que é a normalidade da sociedade.

Penso que esses valores são elevados, mas talvez não sejam se tivermos em conta o desmoronamento da situação nesses dois locais, pelo que devíamos tentar, ao nível da discussão na especialidade, encontrar formas de reforçar esses montantes se tal fosse possível, claro que em detrimento de outro sector que poderá também ter igual necessidade.

É por isso que queria alertar o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Nesta fase gostaria de levantar algumas questões ligadas a três sectores: Defesa, Comunicação Social, e Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Relativamente à Defesa, é uma questão que acontece em quase todos os sectores, não há um enquadramento nas GOP devidamente esclarecido, relativamente ao Orçamento. Pressupõem-se que aquilo que está plasmado nas GOP é para, portanto, tornar os militares e os sérvios paramilitares mais eficazes, capazes de garantir a defesa e segurança nacional e protecção dos cidadãos e seus bens. No entanto, depois vem medidas de políticas e nelas há questões que não estão devidamente enquadradas no Orçamento. Levanto a questão porque tem a ver com a aquisição dos fardamentos, está no Orçamento, mas não está nas GOP.

A única aquisição que há nas GOP é a dos equipamentos para a fiscalização de bagagens e controlo fronteiriço, mas isso não levanta grandes questões. A questão que se impõe é saber se a aquisição desses equipamentos tem a ver com todas as forças militares e paramilitares, ou se é apenas para o sector militar.

Se levanto a questão é porque tem a ver com a Polícia. Nota-se a presença de polícias nas ruas com fardamentos muito desgastados e a presença da polícia mal uniformizada, a partida já vem com uma fraqueza perante o cidadão.

A Polícia, como outros serviços militares e paramilitares, devem estar devidamente uniformizados para que a sua presença demonstre a chamada «presença de um agente de autoridade». Quando ele aparece de uma forma vulgar o cidadão não o valoriza. Portanto, a minha preocupação é saber se o que está aí no Orçamento é para compra de fardamentos para todas as forças militares e paramilitares.

A mesma questão se levanta na comunicação social. Temos medidas de política para a comunicação social: «direito de informar», «melhorias de capacidade técnica dos quadros da Rádio Nacional e da Televisão no domínio das novas tecnologias». No entanto, no Orçamento aparece «aquisição de meios técnicos e assessorias» e as GOP

diz «melhoria das capacidades técnicas dos quadros». Portanto, gostaria de saber se esses equipamentos técnicos são para a Rádio, para a Televisão, ou para a STP-Press.

A questão que levanto tem a ver exactamente com a questão da Rádio Nacional. Os equipamentos que a Rádio Nacional tem neste momento são completamente absolutos, salas completamente desadequadas, o calor é enorme. Numa entrevista de uma hora a pessoa sai de lá quase molhada. Imagino os técnicos que ficam 2, 3 horas naquela cabine, como é que eles conseguem suportar isso.

Portanto, também é uma questão de esclarecimento.

Negócios Estrangeiros, é simples. Alguém ontem levantou a questão sobre a possibilidade de instalação de pelo menos um consulado em Cabo-Verde. Portanto, quer nas medidas de política que este Governo pretende implementar, quer no Orçamento, não fui capaz de descobrir se está ou não prevista essa possibilidade. Daí que gostaria que a Sra. Ministra também nos esclarecesse.

São estas as questões que eu gostaria de levantar.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo de momento novos inscritos, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer uso da palavra para os eventuais esclarecimentos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começaria pelo último Sr. Deputado orador e proporia a esta augusta Assembleia que prestaria esclarecimentos relativos aos serviços que dependem directamente da primatura e passaria a palavra aos Srs. Ministros, consoante os pelouros cuja matéria for evocada aqui.

Srs. Deputados, relativamente a comunicação social, está efectivamente previsto no OGE para o ano económico de 2013 a aquisição de equipamentos, sobretudo para a Rádio Nacional e também é uma preocupação relativa a TVS. Porque como foi dito cá por um Sr. Deputado, há zonas do País em que a TVS não chega, o que pode constituir efectivamente uma desigualdade gritante do acesso a informação, da igualdade do cidadão perante a lei.

Portanto, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, não obstante estarem estes serviços sobre a minha tutela, a situação que se vive sobretudo na Rádio Nacional é gritante. Visitei a Rádio Nacional e aquilo que vi é, digamos, um cenário desolador, tendo em conta a sua importância para os nossos cidadãos, para a própria democracia, para a divulgação dos nossos valores culturais e até para a questão da própria unidade nacional.

Tenho um relatório sobre a situação da Rádio e acho que de momento não estaremos em condições, tendo em conta a exiguidade dos meios disponíveis. É por isso que nos referimos muitas vezes a uma diplomacia acutilante, a uma imaginação muito fértil para se tirar melhor partido do nosso relacionamento com os nossos parceiros.

Refiro-me ao acordo que temos com a Voz d'América. Acho que poderemos, face aos constrangimentos internos, proceder a um financiamento mais consequente que a situação de degradação exige, que teremos que dinamizar, quer aqui no interior do nosso país, quer fora, uma acção para tornar a nossa Rádio num espaço, efectivamente, de trabalho mais condigno.

Como sabem, a Rádio Nacional está situada na marginal, sujeita às intempéries e sobretudo aos efeitos de salitre, o que corrói com uma velocidade bastante grande dos equipamentos, os computadores e tudo aquilo que é metal e há que se fazer um esforço para melhorar efectivamente a Rádio. O que está no Orçamento não é suficiente.

A questão da informação impõe-se com acuidade e pensamos em voltar a reactivar as parcerias, mormente com Angola, que tem nos últimos tempos contribuído para a formação dos nossos quadros; a parceria com Portugal a nível do CENJOR, que é o Centro de Formação de Jornalistas, para poder melhorar a qualidade da formação dos fazedores de informação.

Há uma série de equipamentos que devem ser adquiridos imediatamente e já está, a nível da primatura, o processo de aquisição desses equipamentos e faremos o que estiver ao nosso alcance, quer ao nível interno, quer ao nível externo, para melhorar a fisionomia da Rádio Nacional.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que trabalhei como jurista num diploma que visava transformar a Rádio Nacional e a Televisão numa entidade com autonomia administrativa e financeira, para permitir um auto financiamento e, talvez, um meio para se evitar determinadas situações anómalas que se vive neste sector.

Portanto, há vários aspectos ligados à transformação desses dois órgãos de comunicação social estatal em empresas públicas, com mecanismos de funcionamento que naturalmente, sobretudo ao nível da gestão, possam permitir angariar-se fundos, fornecer e prestar serviços que, no fundo, irão contribuir para uma auto-sustentação, para além da responsabilidade que tem o Estado ao nível desses órgãos.

Não está de lado a STP-Press. Achamos que a STP-Press, enquanto agência noticiosa, deverá funcionar em moldes diferentes e a filosofia de base deve ser a de prestação de um serviço de qualidade aos utentes. Fica bem claro que a vontade deste Governo é de ter nesses órgãos de comunicação social estatal mecanismos de funcionamento, que sirvam para uma maior divulgação da nossa cultura, uma maior informação com isenção e transparência e não um instrumento de propaganda que eles estiveram voltados nos últimos tempos.

Uma questão de fundo que briga com princípios que são fundamentais inerentes ao Estado de direito democrático que este Governo pretende preservar. Portanto, fica claro, Srs. Deputados, que faremos esforços acrescidos para que haja uma informação de qualidade, uma televisão mais virada efectivamente para um fornecimento de serviço público com melhor qualidade. É claro que, na senda da questão do financiamento, coloca-se o problema das taxas que deverão ser discutidas convenientemente em sede própria.

Digo-vos que hoje ninguém paga taxa de rádio, que é uma das fontes que devem servir para o financiamento do fornecimento desse serviço público tão importante. Houve discussões iniciais no sentido de se saber se efectivamente se incorporaria esta taxa nas facturas de água e electricidade ou de telefone, mas o que é certo é que hoje, tal como está, não é possível mantermos um serviço de extrema importância sem que ninguém pague nada. Sem ter subsídios, sem ter uma contribuição dos utentes, não é possível melhorar-se substancialmente a qualidade dos serviços prestados.

Eis o que se me oferece informar e esclarecer aos Srs. Deputados quanto à questão que foi levantada aqui.

Sr. Deputado Albertino Bragança, não posso dizer outra coisa, se não concordar inteiramente com Vossa Excelência. Fico arrepiado, mas a Sra. Ministra dará certamente outros detalhes, não quero tirar a sua primazia de falar do seu pelouro, mas apenas como alguém que conhece profundamente este sector, diria que não haverá combate sério à criminalidade se não tivermos uma PIC à altura de poder prevenir e combater o crime.

Dizia na minha intervenção, na altura da apresentação deste Orçamento, que a criminalidade tinha ganho novas formas e é óbvio que hoje estamos num mundo globalizado. Antigamente, não sabíamos o que se passava além fronteiras, mas hoje com a internet, na era digital, a velocidade com que esses crimes e essas informações entram pelas nossas casas adentro é grande. Portanto, hoje já ninguém vive em autarcia e é preciso que a sociedade que nós dirigimos esteja em condições de poder se adaptar à evolução que se vive no mundo hoje.

Vimos que a nossa Polícia não tem os equipamentos mais elementares e isso tem incidência, muitas vezes, nos direitos fundamentais dos cidadãos; tem incidência nos processos, porque os meios de prova muitas vezes não são suficientes e permitem que os verdadeiros culpados fiquem impunes por causa de uma investigação mal conduzida.

Nem sequer estamos em condições de, através das impressões digitais, poder dizer que fulano pode ser o autor deste ou daquele crime, porque não há. A PIC está completamente despida de meios mais elementares para poder investigar criminalmente.

Há um problema sério ao nível do enquadramento e lembro que, em 1996, quando fui ministro da Justiça, e fez-se um quadro remuneratório da PIC e eles estão lembrados desta acção. Acho que já não houve alterações substanciais relativamente ao enquadramento deles, as remunerações, os subsídios de piquete e por aí fora. Portanto, essa Polícia tem sido objecto de estudos aturados por especialistas com o financiamento da ONU, cujo relatório chegou-me às mãos e que traduz, efectivamente, a necessidade praticamente de uma refundação de uma nova polícia de investigação criminal. Dizia e continuo convicto de que só os nossos recursos não são suficientes para poder refundar essa Polícia e, portanto, é intenção deste Governo a mobilização de fundos adicionais fora do quadro orçamental e estamos convencidos que vamos convencer os nossos parceiros disto, que é uma das componentes da reforma da Justiça.

Na orgânica do Governo, criámos uma unidade de reforma da Justiça e ela vai-se ocupar efectivamente da angariação de meios e de fundos necessários para poder resolver problemas que são específicos e complexos, como o da refundação da PIC, sem a qual não haverá a estabilidade necessária, nem meios suficientes para que haja a dissuasão do crime; para que haja a paz que necessitamos; para que haja investidores e para que haja o desenvolvimento do turismo em São Tomé e Príncipe. Portanto, estamos seriamente preocupados e há esta estratégia do Governo de lidar com essa questão, quer com o Banco Mundial, quer com outros parceiros que se mostraram já interessados na ajuda ao Governo, para poder debelar essa questão de segurança dos cidadãos e de bens.

Sr. Presidente, passaria a palavra ao Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, relativamente à Lei de Programação Militar; à Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, para a questão levantada sobre a criação de um consulado em Cabo-Verde, e à Sra. Ministra da Justiça, para os eventuais acréscimos ao que acabei de dizer, relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, convidar-lhe-ia talvez a permanecer no púlpito, porque parece-me que há ainda questões ligadas à Comunicação Social que o Sr. Deputado Rafael queria colocar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que me preocupa e que tem a ver com o sector da Comunicação Social. O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se a isso e não me pareceu dar a importância e a urgência que merece. Acho que, tanto na Televisão como na Rádio, é importante tratarmos do quadro legal regulamentar. Falou da opção da criação de uma empresa. Sendo factível, acho que é a via mais adequada para lidar com os problemas que existem. Não sendo isso, é importante que se olhe para o quadro regulamentar no que diz respeito às receitas destas instituições. Porque doutro modo, na situação em que está, com alguns direitos que estão na prática adquiridos, mas que não têm cobertura legal, podemos voltar a situações bastante preocupantes.

Queria recomendar que se lidasse com urgência com essa questão no sector da Rádio e da Televisão.

Depois referiu-se à localização — junto a comunicação social e às relações exteriores — da Rádio Nacional e os efeitos que tem quanto a proximidade à orla marítima. Creio ter existido, por isso é que me remeto às relações exteriores, um acordo de princípio com a Austrália, no sentido de se ceder o actual edifício da Rádio Nacional, em troca de um edifício mais adequado para a mesma e para os serviços que seriam necessários. Era só um pedido de esclarecimento, de saber se o projecto ainda está vivo e se há a possibilidade de retomá-lo com a dinâmica e a urgência que isso precisa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe desculpas, convido-lhe a retomar o seu assento, porque parece-me que há mais questões sobre a comunicação social a serem colocadas.

Peço também desculpas aos Srs. Deputados que estão inscritos. Gostaria que adoptássemos a metodologia de esgotar esse assunto antes de passarmos aos outros.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — A questão que queria colocar não tem a ver com a comunicação social.

O Sr. **Presidente**: — Ah, não tem a ver com a comunicação social? Mas tem a ver com as respostas do Sr. Primeiro-Ministro?

Negou, acenando com a cabeça.

Neste caso, dos Srs. Deputados que estão inscritos, para facilitar a coordenação, quero saber se as questões a colocar têm ainda a ver com os Ministérios, ou as áreas ligadas à Defesa e Negócios Estrangeiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Efectivamente, já tinha abordado a questão ao nível do consulado e também outros colegas aqui já o abordaram.

No caso concreto das GOP, na página 31, há um assunto que diz, na parte final: «realização da comissão mista (...)» e depois diz os nomes dos países; depois diz «implementação de programas com os parceiros (...)» e por aí fora, Marrocos, Brasil, França, África do Sul e outros. Tenho duas sugestões: uma primeira é quanto à realização da comissão mista. Acho que não era necessário mencionar aqui os países. O sector em si já os conhece, mas para esse documento acho que seria desnecessário.

A segunda sugestão é que acho que este último ponto da implementação de programas de parcerias devia ser eliminado, porque existem outros países para além destes que cá estão. Todavia, a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação poderá clarificar.

Depois tem outra questão que diz: «incentivo da criação de casa de São Tomé e Príncipe em Angola, Moçambique (...)». Eu perguntaria, e outros? Cabo-Verde, Londres? Portanto, acho que o texto deveria ser «incentivo da criação de casa de São Tomé e Príncipe em diversos países».

São sugestões que eu gostaria de trazer a esta augusta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, volto a intervir porque quando falamos da PIC falamos sobre a segurança. De facto somos um país que está no Golfo da Guiné, uma zona do mundo que vem assumindo grande importância no contexto internacional e onde as ameaças são crescentes nos países que dele fazem parte. Então, vi no Orçamento a afectação de uma verba no montante de Dbs. 2 175 000 000 00 dedicados ao SINFO. O SINFO foi um serviço que nasceu em 1991, aquando da mudança do regime em São Tomé e Príncipe, por sinal na altura fui um dos participantes, porque era o ministro da Defesa daquele governo.

Criamos a SINFO, Serviço de Informação do Estado, para substituir a antiga Segurança do Estado, mas desde o seu nascimento parece ter uma névoa que vem assombrando o funcionamento deste órgão do Estado. Pode ser que ele esteja a trabalhar em surdina, sem o conhecimento dos cidadãos, até pela sua natureza, mas gostaria de saber do Sr. Ministro da Defesa para quê se destina essa verba.

Sei que é para construção de um edifício, mas queria ter informações sobre o funcionamento da SINFO e sobretudo saber se, porque não é do meu conhecimento, este órgão conseguiu ultrapassar o período de penumbra em que sempre funcionou. Porque qualquer país do mundo, sobretudo nós que somos uma ilha, precisa de um serviço de informações capaz de alertar as autoridades para eventuais ameaças à segurança do País. Aquilo que me parece é que este serviço não tem conseguido, digamos, surgir aos olhos dos cidadãos a cumprir o seu papel.

É certo que admito que possa estar enganado, daí que peça ao Sr. Ministro da Defesa, ou ao Sr. Primeiro-Ministro, que nos diga em concreto o que é que se passa em relação a esse serviço, que parece querer revitalizar-se com a construção de um novo edifício.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

Recordo aos Srs. Deputados que estamos a analisar a área institucional das GOP e do OGE.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, pelo alerta que fez e sei que estamos a discutir a área institucional, antes da minha intervenção, gostava de colocar uma questão e perguntar se é neste momento que devo intervir ou não. Tem a ver com as datas comemorativas aqui no nosso país, nomeadamente 12 de Julho, 1 de Maio, 21 de Dezembro, 3 de Fevereiro, porque não vejo a verba no ministério e isso impossibilita-me e tenho alguma dificuldade de poder encaixar isso, porque não vejo inscrito nenhuma verba em relação a qualquer ministério. Por isso, eu gostaria de saber se posso fazê-lo agora ou orientar-me neste sentido.

O Sr. **Presidente**: — Pode.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha preocupação é precisamente esta, porque não vejo, sobretudo temos três datas importantes que são: 12 de Julho, 21 de Dezembro e 3 de Fevereiro. Eu gostaria que o Governo pudesse esclarecer em que ministério ou em que parte do orçamento posso encontrar verbas destinadas a este fim.

Gostaria de aproveitar este momento e se coloco essa questão é a propósito, e vou dar os Srs. Deputados um exemplo concreto. O dia 21 de Dezembro normalmente é comemorado em São Tomé e Príncipe e o que o Estado faz é dar um feriado, eventualmente com uma mensagem de um membro do governo e fica por aí. Se chamo atenção é porque a descoberta de São Tomé e Príncipe foi feita em Anambó e não se faz nenhuma actividade naquela localidade, pelo menos para simbolizar a data. Por isso, é que eu gostaria que pudéssemos inverter isso e, está aqui o Sr. Deputado Albertino que é o homem da cultura, que talvez trabalhássemos em conjunto com o Governo para permitir que efectivamente esta data seja comemorada não ao ritmo que é o 12 de Julho, mas poder simbolizar, porque a descoberta de São Tomé e Príncipe foi feita em Anambó, Distrito de Lembá.

Se hoje eu convidar os Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados a passearem em Anambó, aquilo está um matagal. Eu tenho insistido com o órgão do poder local para que efectivamente desse alguma visibilidade àquela zona, mas sabemos que as limitações financeiras também levam o poder local a ter alguma dificuldade. É por isso que peço a colaboração do Sr. Deputado Albertino, que é o homem da cultura, não para transferir as comemorações do 21 de Dezembro para o Distrito de Lembá, mas que temos que sinalizar essa data, porque é naquele local que fizeram a descoberta de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos perante uma proposta concreta, é verdade que ela não tem cabimento nas GOP como foi abordado pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa, porém estou convencido que no âmbito do OGE poderá estar previsto e deixo essa responsabilidade ao Sr. Primeiro-Ministro e aos demais Ministros para esclarecimento. Todavia, temos duas saídas para esta questão, ou encontramos uma forma de incluí-la já nas GOP ou então adoptamos uma resolução para que esta actividade proposta pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa possa ter a expressão que ele sugere.

É uma matéria para reflexão, ao longo do debate encontraremos uma solução para isso.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu queria precisar a minha intervenção, porque eu fazia referência a São Tomé e Príncipe. É para corrigir, São Tomé.

O Sr. **Presidente**: — Temos uma situação, o Sr. Deputado Pires Neto pediu a palavra, mas gostaríamos de pedir a Sra. Secretária da Mesa que tome lugar no seu grupo parlamentar, porque quer fazer uma intervenção, e pedimos o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PCD mais novo que a substituísse durante os tempos que permanecesse no grupo.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, temos a consciência que o senhor tem pouco tempo para tudo que estamos a exigir. Por isso, tenho que lhe pedir paciência, deve ouvir de todos nós e tentar fazer tudo que é possível, aquilo que o Governo pode fazer até o fim do mandado. Por isso, estamos a exigir e esta é a nossa obrigação, depois vamos controlar e saber aquilo que o senhor é capaz de fazer ou não. Naquilo que pudermos ajudar, iremos ajudá-lo.

A minha intervenção é para o Sr. Ministro da Defesa, é só para chamar atenção, porque eu acho que cada coisa tem o seu lugar. A natureza fez cada ser para viver em determinado lugar. O peixe deve viver mesmo na água, as aves lá em cima, o homem cá na terra, mas alguns de nós é que provocamos para viver noutro lado que não nos merece.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Ministro, há uma situação com a Polícia, já se falou aqui, mas eu gostaria de reforçar, porque a nossa Polícia parece-me que não tem um tratamento adequado. Estou a falar da Polícia Nacional, porque às vezes, como disse o Sr. Deputado Delfim Neves, que me antecedeu, vê-se polícias na rua como se fosse uma pessoa qualquer que está a passear, dando a sua volta, mas no fim está a trabalhar. Isso parece que nem tem piada. O que me incomoda mais é que às vezes vejo polícias com arma Aka a trabalhar na rua. Essa arma não é arma para polícia. Ela é uma arma de guerra, deve estar no quartel, e são os militares que devem trabalhar com ela. Os polícias devem ter arma especial para eles.

Há alguns meses estive na PIC e tive a informação de que os agentes nem têm armas para trabalhar. Isto é triste! Pegam em qualquer arma para trabalhar e às vezes podem ter necessidade de fazer parar um ladrão ou qualquer pessoa e se a arma não for apropriada eles poderão disparar e, sendo tiros em rajada, podem atingir uma pessoa sem intenção. Por isso que acho que é o nosso dever exigir, mesmo que o senhor não seja culpado, mas como está a exercer esse cargo tem que assumir esta responsabilidade, dando a cada um instrumentos apropriados para trabalhar.

Eu não posso admitir que quando uma pessoa vai para a Polícia fazer uma queixa e se houver a necessidade de ir buscar alguém que quer assassinar uma pessoa, o agente da Polícia diz que não têm combustível e a pessoa que foi queixar é que tem que arranjar combustível. Gostaria de perguntar, meus senhores, se já estou aflito, às vezes vim a correr ou apanhei uma boleia, vim fazer queixa, o senhor exige-me combustível? O que é que pode acontecer? É muito triste! Isso não pode continuar assim! Polícia tem que ter condições para resolver determinadas situações. Meus senhores, o assunto parece que é uma brincadeira, mas é uma coisa séria. Por exemplo, os agentes da Polícia que trabalham em Neves ou em Angolares. Estou a dar um exemplo concreto, porque já estive com eles e conversamos sobre isso. Sabem o que é que um polícia me disse? «Sr. Deputado, às vezes para nós é muito triste.

Estamos aqui na estrada a fazer este trabalho, paramos os carros, damos multas, porque estão em inflação, mas quando quisermos ir para a cidade visitar a nossa família, é a esses mesmos indivíduos que pedimos boleia». Meus senhores, convenhamos! A partir deste momento que o motorista dá aquele polícia boleia, meus senhores, o trabalho acabou. Mesmo que o condutor esteja a transportar 20 pessoas, embora o polícia esteja no carro, é mesma coisa que ele não está a ver nada. É como que o carro estivesse vazio. Ele não pode tomar nenhuma medida. Portanto, temos que arranjar condições, eu sei que é demais para um Governo que começou agora, mas paciência. Temos que dizer o que é verdade.

Se eu multar uma pessoa hoje, é essa mesma pessoa que peço boleia. Isso é mau. Portanto, não sei como dizer, por isso peço aos senhores, cada um com sua experiência, para tentarmos ver isso. Temos que pôr um transporte no distrito, para apoiar qualquer agente que queira deslocar-se.

Quanto ao combustível, não podemos deixar à-vontade de cada um, porque já sabemos como é, mas temos que ter coisas bem trabalhada para ver se conseguimos resolver esses problemas minimamente.

Os senhores me desculpem, eu entendo isso, mas estamos aqui para chamar atenção, para tentar ver se conseguimos corrigir essas coisas.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Pires Neto.

Volto a chamar a atenção dos Srs. Deputados para terminarem as intervenções com propostas concretas. Não somente com considerações genéricas que não têm nenhuma influência sobre os textos que temos em mãos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Pina.

A Sra. **Filomena Pina** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. e Sras. Deputadas, muito bom dia.

A minha intervenção vem simplesmente no sentido de alertar o Governo no sentido de capacitar quadros para a Rádio Regional. O Colega que me antecedeu falou da Rádio Nacional, mas nós de facto na Rádio Regional, temos pessoas que trabalham meramente por experiência própria e por vontade, mas elas precisam de ser capacitadas. É neste sentido que deixo esse alerta, porque quanto àquela Rádio o Governo regional já tem dado alguma atenção, mas a capacitação dos quadros é necessário que se olhe com olhos de ver.

O Sr. **Presidente**: — Creio que o Sr. Primeiro-Ministro tomou boa nota e os nossos concidadãos com responsabilidade na Região Autónoma do Príncipe, ao ouvir isso, provavelmente também tomaram boa nota.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu começaria pela pertinente questão levantada pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, sobre a questão da SINFO. É uma questão pertinente, como todas as que têm sido levantadas pelo ilustre Sr. Deputado.

A SINFO é, portanto, o serviço de informação encarregue de manter a estrutura do Estado informadas sobre aquilo que se passa no Território.

Claro está que, num Estado de direito democrático, esse serviço deve funcionar em moldes a poder preservar os direitos fundamentais do cidadão e que seja conciliada a informação que se tem para garantir a soberania e a segurança do Território com os direitos fundamentais dos cidadãos. Creio que foi o que ditou a instituição deste organismo do Estado para a defesa da própria integridade do Estado.

A evolução ao longo dos anos creio que não tem sido a melhor. No governo passado, havia uma parte desse serviço que se encontrava adstrita à primatura, ligado ao Primeiro-Ministro e na nossa orgânica, no entender do Governo, esse serviço deve estar no Ministério da Defesa e Ordem Interna, obedecendo à lógica de que a Ordem Interna é parte integrante do Ministério da Defesa e Ordem Interna e, por conseguinte, sobre a tutela do Sr. Ministro de Defesa e Ordem Interna.

A preocupação é grande, porque perante a escassez de meios é difícil manter um serviço com essa vocação e sem dispor de meios para alimentar todo o Território nacional, o seu funcionamento correcto e para os fins que esses serviços se destinam. Reconhecemo-lo à partida, temos o desejo de transformar, mas temos alguns constrangimentos e isso faz com que haja determinadas actividades ilícitas no nosso Território, mesmo para o combate da questão da criminalidade, nos escape, devido a um não

funcionamento na sua plenitude. Como Chefe do Governo, reconheço que esse serviço precisa ter um balão de oxigénio para que possamos dispor de informações viáveis a tempo útil, para preservar a integridade do nosso território e prevenir sobretudo a desestabilização do País.

Portanto, é uma questão que acho que merece um tratamento adequado, mas o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna dará aos Srs. Deputados informações mais detalhadas. Cabe-me apenas dizer que a questão de segurança é uma questão nacional. Não é só uma questão de serviço, é uma questão nacional.

Quando eu fazia a orgânica do Governo, ocorreu-me uma espécie de conselho de segurança nacional, onde estivessem representados todos os órgãos com uma configuração que permitisse que a cada momento os responsáveis pelo Estado pudessem, numa situação de articulação, questionar, pudessem aquilatar do funcionamento desse órgão, que é um órgão extremamente importante para o funcionamento normal do nosso país.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa, eu diria que nos encargos gerais do Estado estão alojadas verbas para efemérides como o 12 de Julho, estando outras datas previstas no sector da Educação, que é o caso do 3 de Fevereiro e por aí fora.

Relativamente ao esclarecimento solicitado pelo Sr. Deputado Rafael Branco, eu diria que essa decisão deve ser tomada, mas ainda não temos todos elementos. Como disse, eu pessoalmente seria defensor de um serviço público de rádio e televisão são-tomense, mas essa questão não é pacífica, estou a exprimir uma opinião pessoal que só vincula a mim como cidadão, não propriamente como Primeiro-Ministro. Acho que faríamos uma economia de meios importante se conseguíssemos agrupar num só edifício a rádio e a televisão com melhor qualidade, economia de meios, e sobretudo evitaríamos a dispersão ou a disparidade que existe entre esses dois órgãos de comunicação social. Mas é uma questão que se deve continuar a aprofundar. A situação tal como está não deve continuar. Temos o relatório da auditoria que nos dá conta de uma situação anómala, que não tem enquadramento legal, refiro-me aos expedientes que se encontrou para poder colmatar insuficiências de recursos em termos orçamentais, pagamento de horas às pessoas que ficam lá e que trabalham nesse órgão de comunicação social há muito tempo, mas que é preciso regulamentar e regularizar tudo isso, porque tem havido, por parte da inspecção de Finanças, a chamada de atenção para situações que são completamente anómalas.

Creio que a transformação desses dois órgãos de comunicação social numa instituição pública com autonomia administrativa e financeira sobre a forma que fosse mais adequada, poderá efectivamente vir a resolver essa situação atípica de se ter que pagar algumas despesas, pagar funcionários com produtos de publicidades de uma forma que viola a Lei SAFE que evocamos aqui, mas que temos que procurar regularizar tudo isso para sairmos desse quadro que é um quadro considerado ilegal.

Sobre a ilusão que fez a um eventual acordo com Austrália para cedência do edifício que alberga actualmente a Rádio Nacional. São dois edifícios, um que nem sequer chegou a ser ocupado e que está num estado avançado de degradação, antes de ser ocupado. Dinheiro do Estado enterrado sem ser utilizado. É esta a nossa realidade cruel. Nós temos uma parte nova do edifício que está por acabar, porque não se foi capaz de concluir e pagar o empreiteiro as obras que foram feitas e o que é verdade é que aquilo está entregue à sua sorte, há infiltrações de água. É um dinheiro enterrado e sem qualquer utilidade. Não podemos não fazer nada, temos que encontrar soluções. Não temos de momento dinheiro para poder fazer a intervenção que é necessário. Há fissuras, enfim uma degradação visível do edifício.

Temos notícia do eventual acordo de princípio, vamos tentar saber exactamente se essa vontade permanece, o que é que se passa, para vermos com o Património, porque qualquer alienação ou qualquer cedência do património público deve obedecer os critérios que estão plasmados na Lei e pautaremos pelo cumprimento daquilo que está estabelecido. O que é verdade é que a Rádio como está não pode efectivamente continuar.

Tomamos boa nota e vamos tentar fazer o necessário para tirar a Rádio Nacional na situação em que se encontra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, convido o Sr. Ministro da defesa para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar Sousa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, gostaríamos de agradecer as intervenções dos Srs. Deputados em temos de alerta, recomendação e conselhos. Registamos e gostaríamos de salientar aqui a preocupação que foi levantada pelo Sr. Deputado José Viegas, nomeadamente sobre a Lei de Programação Militar e os respectivos anexos. Essa legislação já deveria estar a ser implementada, pois que de acordo com os anexos que foram aprovados creio que há um atraso de 2 anos. Em 2011, não se fez nada, em 2012 também não e estou convencido que passa necessariamente pela sua revisão. Os valores que foram introduzidos nos anexos são extremamente elevados e incomportáveis para aquilo que é o nosso orçamento. Visa reforçar as capacidades do Estado-maior das Forças Armadas, do Exército e da Guarda Costeira. Havia uma previsão para 2011 de 3 milhões de dólares, para 2012, 5 milhões e ia aumentando sucessivamente até 2022. Ao que me parece, nunca constou nos orçamentos do ministério nem das Forças Armadas e estou convencido que a única recomendação que temos que propor, e é concordar com a

proposta do Sr. Deputado José Viegas, é procedermos a sua revisão de imediato. Estamos com uma coleira que nos amarra àquilo que é impossível se executar. Aquilo que se propõe passa pela aquisição de vários equipamentos, pistolas, RPG7, morteiros, metralhadoras, mísseis, canhões, viaturas tácticas, lanchas, radares, etc. Ou seja, é qualquer coisa difícil, sem contar com a construção de infra-estruturas, bases navais e materiais de aquartelamento. De modo que iremos, como diz a Lei, cabe ao Governo, de 2 em 2 anos, proceder à sua revisão, temos que fazê-lo de imediato, de acordo como nos foi sugerido.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado Delfim Neves, na página 12, dizemos: «...a melhoria de níveis de instalação das forças, incluindo indumentarias específicas». Ou seja, a nossa intenção é dar uma atenção e, neste momento, gostaria de dizer que aquando da apresentação aqui, pelo Sr. Primeiro-Ministro, do estado da Nação, o Sr. Primeiro-Ministro teve a particularidade de salientar os problemas com que nos confrontamos. Eu não quero aqui citar, os senhores vêem que os nossos agentes militares não têm fardamentos, a situação é extremamente difícil. Aguardamos a aprovação deste Orçamento para lançarmos mãos, com muita urgência, e procedermos à aquisição desses meios.

O Sr. Deputado Albertino Bragança referiu-se à questão do Serviço de Informação. Esse serviço deixou de ter profissionais e passou a ter mais militantes do partido A, B, C e a situação é extremamente difícil. Pronto, em certa medida, até foi bom assim, porque conseguiu-se ir buscar alguns profissionais e eles, em função da coloração política, iam passando essas informações, mas o sector como tal deixou de produzir informações ou se estas informações existiam elas eram canalizadas para outros lugares. Há toda necessidade de revermos o que é esse serviço e por ser um serviço que presta informações ao Estado, na medida em que todo Estado tem que se proteger e defender. Ter uma informação, trabalhar a informação e ela ser levada ao conhecimento de quem dela necessita.

Não vou trazer aqui mais pormenores. Passa necessariamente também por produzirmos algumas leis que permitem proteger esses profissionais e uma delas é a lei do sigilo, em que o homem, depois de deixar de pertencer ao sector, terá que ter uma protecção, porque se eventualmente nós tivéssemos a aplicar algumas medidas, o sector teria que fechar as portas. Aqui foi compartimentado, puxou-se este e aquele, financiava-se, havia elementos que tinham responsabilidades de ir buscar determinados valores para o trabalho semanal ou mensal e do modo que essa situação está, teremos que encontrar uma saída rapidamente. Precisa-se de um edifício e vários equipamentos que o sector tinha perderam-se, mas graças ao apoio de Portugal e Angola e mesmo da China (Taiwan) tem estado a receber alguns meios, formação para o pessoal e há necessidade de dar uma atenção urgente. O valor que aqui aparece é para construção do novo edifício.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado Pires Neto, sim, a Polícia devia realmente estar equipada de bastões, rádio, pistolas, algemas e ter uma viatura, mas infelizmente isso não acontece. E o que disse é uma realidade. Nós não vamos aqui trazer alguns pormenores, mas tem acontecido muitos casos em que o queixoso acaba não só por passar a ser um elemento da polícia, porque ele tem que disponibilizar a sua viatura ou, em certos casos, avançar com o combustível. Eu estou convencido que hoje a Polícia tem alguns meios e o que é necessário é racionalizar esses meios e pô-los à disposição da Polícia naquele momento em que ela terá que acudir e responder a uma chamada.

Há outro problema que se põe que é a própria distribuição geográfica dos nossos distritos. Ter um número de indivíduos, por exemplo, em Lobata, Guadalupe e ter que dar cobertura em Micoló, Praia das Conchas e Boa Entrada. A distância é extremamente impossível para dar essa cobertura, ou seja, temos que rever a colocação e a posição geográfica dos postos da Polícia ou criar novos postos. É certo que aumentou consideravelmente a criminalidade, isso é verdade, e a capacidade da resposta neste momento é extremamente insuficiente aos problemas com que nós nos confrontamos.

Eu creio ter dado respostas a todas as preocupações e estamos disponíveis, a qualquer momento, para responder a outras.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não resisto à tentação de dizer aos Srs. e às Sras. Deputados que o que acaba de dizer o Sr. Ministro relativamente aos Serviços de Informação deve preocuparmos a todos. Ter uma instituição dessa natureza que deve ser acima de tudo uma instituição republicana e estar a sabor das colorações políticas ou partidárias é extremamente perigoso, tendo em conta que estes serviços devem cuidar não apenas de segurança interna, mas também da segurança externa do nosso Estado. Fica de facto essa preocupação, porque sabemos que não se muda a mentalidade dos homens de um dia para outro, mas o mais importante que as próprias instalações são os cidadãos e cidadãs que vão prestar serviços nesse sector. Daí a nossa preocupação e estou convencido que o Governo, particularmente o Sr. Ministro, compreenderá e aliás tem a consciência da natureza da questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Ministro pela resposta.

Sr. Ministro, a preocupação é de todo nós, como dizia o Presidente, e por isso mesmo vou levantar uma questão para que se encontre uma solução de futuro, porque de imediato não se vai conseguir. As GOP, página 12, diz: «O Governo promoverá medidas de reforço e modernização da Defesa e Segurança,

visando atingir padrões de segurança mínimo exigível, garantindo a integridade territorial, o normal funcionamento das instituições democráticas, a liberdade e a protecção do património do Estado e dos cidadãos». Ótimo, mas quando falava anteriormente, eu dizia que a tanto a Polícia como outras forças devem estar devidamente uniformizadas. Nós temos que entender a farda como uma medida de prevenção dissuasora, intimidatória até e, por isso mesmo, temos que analisar desde o recrutamento dos agentes. Estou à-vontade de falar disso, porque não tenho uma estrutura física muito elevada, portanto, mesmo nos países onde geneticamente as pessoas são muito baixinhas as autoridades procuram os mais elegantes e altos para serem polícias, exactamente para intimidar o cidadão e principalmente aqueles cidadãos que tentam desafiar o Estado. E nós temos constatado aqui no nosso país que não há critérios de selecção de agentes policiais. Eu não posso ser e se calhar não devo ser mesmo.

Risos gerais.

Mas eu acho que é um critério, é um padrão internacional de recrutamento de agentes policiais. Ao anunciar o recrutamento, deve-se estabelecer pelo menos o mínimo da altura que a pessoa deve ter, porque quando o polícia baixinho e ainda por cima mal uniformizado apresenta-se perante um cidadão malcriado, porque o seu opositor são aqueles cidadãos que tentam desafiar as autoridades, ele próprio se sente intimidado. Em vez de o agente intimidar o infractor, é ele que fica intimidado. Daí que eu dizia antes que essa é uma proposta para a solução futura e não imediata para quando estiverem a seleccionar os agentes policiais procurar pessoas que aparentam-se fisicamente como alguém que pode ser agente da polícia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Eu tenho aqui algumas anotações que fiz depois de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro e assim gostaria de ter nelas algumas respostas. Sobre a questão da Justiça, penso que o exercício que devemos fazer aqui neste momento é ver as medidas que eventualmente o Governo prevê para nós termos uma Justiça mais moralizada e mais funcional e é neste sentido que me parece que as verbas tendem, mas uma coisa que nos preocupa, e a mim particularmente, é o facto de ter-se constatado que a gestão dos recursos a este nível não tem sido a melhor. O que sugiro é que, independentemente da afectação de meios, que tenhamos condições de fazer com que as coisas funcionem com lisura e sobretudo quando se trata de relação com os meios financeiros que são postos à disposição da instituição.

O Sr. Primeiro-Ministro falou da Rádio e Televisão. Eu lembro-me que já tínhamos aprovado, num conselho de ministros, a transformação da Rádio e da Televisão em empresas públicas, como foi a Rádio Nacional e a TVS e também na altura aprovamos um diploma que criava a possibilidade de surgimento de rádios privadas. Foi nessa altura que sugeriram as rádios privadas.

Sr. Primeiro-Ministro, o diploma não teve o encaminhamento que devia ter por causa das quedas sucessivas dos governos, mas creio que a preocupação é de criar condições para que essas empresas públicas possam funcionar, neste caso, a Rádio e a Televisão. Sobretudo a Rádio, já foi dito aqui e não vale a pena dizer, vive a situação de penúria extrema e vergonhosa. Sr. Ministro, no governo anterior houve um expediente no sentido de se encontrar fundos para que essas duas empresas públicas pudessem funcionar, mas acontece é que o expediente foi curto, porque trouxeram-nos a proposta de taxas e pediram que a Assembleia autorizasse. A Assembleia não autoriza o governo a taxar. Então nós dissemos assim: «façam vocês esse processo de taxa, para que a Rádio e a Televisão possam ter recursos próprios através de cobranças que forem feitas em melhores momentos e em lugares próprios. Acontece que ficamos nisso e o problema ficou por resolver. E mais, havia uma situação muito grave naquele expediente. É que a ideia era de que toda gente, quer tivesse rádio e televisor, quer não, pagaria. Nós dissemos «não, façam um trabalho de casa, organizem bem as coisas, porque isso tem que ser muito bem organizado, de modo a permitir que efectivamente quem paga são aquelas pessoas que têm televisor ou que têm rádio». Há formas de se fazer isso. Busquemos outros exemplos e avancemos neste sentido.

O Sr. Primeiro-Ministro falou de um edifício único. Eu acho excelente para as duas instituições. Deveria ser necessariamente um edifício mais imponente do que actualmente temos. Já havia a ideia e esse projecto está elaborado no quadro da cooperação com Angola para o sistema da digitalização da Televisão e permitia que a Rádio também pudesse funcionar nesse mesmo espaço. É uma questão de se retomar a ideia.

Nos Negócios Estrangeiros, no código 11.20, diz: «Programa de reorganização diplomática» e temos aqui 5.2 biliões de dobras. Qual é a minha preocupação? Parece ser o valor bastante exorbitante para aquilo que entendo, salvo melhor explicação, o destino desta verba. Relativamente a 21 de Dezembro, a ideia é isso que o Sr. Deputado quis transmitir. É que o Governo, relativamente a Anambó, fizesse um esforço de reabilitação e dignificação do espaço, porque efectivamente nós não comemoramos o 21 de Dezembro, que é a chegada dos portugueses, mas a chegada do governo de transição. Agora, que o espaço é uma referência histórica, porque é onde chegaram os portugueses, acho que deve ser valorizado e, aliás, o Sr. Deputado está a trabalhar nessa perspectiva também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, vamos ouvir a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Aproveito também a ocasião para agradecer o Sr. Deputado Yorgue-Anatali Francisco e convido a Sra. Deputada Filomena Prazeres a tomar o seu respectivo lugar.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Natália Umbelina): — Sr. Presidente, nós nos congratulamos com as solicitações que aqui foram apresentadas e estamos certos que poderão vir a melhorar o nosso texto e, consequentemente, uma melhor implementação do programado. Relativamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, o nosso Governo elegeu como seu exercício uma diplomacia vigorosa, dinâmica e acutilante, quer a nível bilateral quer multilateral, tendo em conta que vivemos numa economia globalizada, em que cada vez mais os países, as regiões e os continentes se tornam interdependentes e, por outro lado, se tomarmos em conta que 80% do nosso orçamento advém de ajuda externa ao desenvolvimento. Por isso, tornava-se necessário eleger a diplomacia económica como o credo. Neste contexto, o Governo decidiu reforçar as parcerias e as alianças existentes e construir outras parcerias, outras alianças, outros relacionamentos. Tendo em conta o reforço das relações internacionais, figura a República de Cabo Verde, um país com o qual nós nutrimos uma relação estreita de histórica e mesmo consanguínea e, nesse contexto, o nosso Governo elegeu o estabelecimento diplomático com Cabo Verde. Neste momento, Cabo Verde tem no nosso país um consulado que vai evoluir para uma embaixada e tornava-se necessário, no sentido de parceria e de reciprocidade, temos em Cabo Verde um consulado e estamos em crer que muito rapidamente vai evoluir para uma embaixada. Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que isto figura no nosso orçamento. Está ali no nosso ponto 24.2.18 um montante de Dbs. 2 541 518 000 00 (dois mil milhões, quinhentas quarenta e um mil, quinhentas e dezoito dobras), que equivale a mais ou menos 100 000 euros.

Quero dizer que neste sentido incitamos diligências, enviando para Cabo Verde um emissário que foi, junto com as autoridades cabo-verdianas, dizer que estamos interessados nesta relação. Até porque temos um dossier aberto de cooperação com Cabo Verde, um programa indicativo de cooperação que data de 2009, que está na mais completa letargia. Nós pegamos neste dossier e enviamos um emissário a Cabo Verde para dizer que estamos interessados a estreitar os laços de cooperação. Já foram identificadas até as estruturas. O nosso emissário andou já a ver as casas onde poderá ser a nossa chancelaria e estou a crer que, se houver reciprocidade, como é natural, uma vez que a chancelaria que existe neste momento em São Tomé é o governo são-tomense que pôs à disposição do governo cabo-verdiano, e é natural que isto aconteça também do lado de Cabo Verde e até que já nos foi dado sinal e estamos em crer que avançaremos, talvez mesmo com este montante, o mais rapidamente para uma embaixada e não propriamente um consulado.

Relativamente a outras questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, quanto à realização da comissão mista numa alínea e na outra implementação dos programas com os parceiros, eu gostaria de dizer que, por um lado, é a realização de uma comissão mista, quer dizer que ainda não temos com esses países qualquer comissão técnica a trabalhar e, por outro lado, vamos implementar o programa que já existe. Portanto, são situações diferentes. Mas se entenderem que é muito mais entendível termos isso no mesmo texto, podemos fazê-lo. A ideia é uma realização. Como dissemos que íamos abrir novas parcerias e íamos trilhar outros caminhos, então era abrir estas parcerias realizando comissões mistas e, no segundo ponto, implementar os programas que já existem com os países com os quais já temos programas indicativos de cooperação que estão em via de ser assinados, como Portugal, em que temos um programa indicativo de cooperação que ainda não está assinado. Com Marrocos ainda não temos situações completamente claras. É um outro caminho que vamos trilhar, por isso é que pusemos em duas alíneas diferentes.

Relativamente a incentivação para a criação de casa de São Tomé e Príncipe, não temos qualquer problema em pôr em diversos países, porque isto é mais uma questão de forma do que propriamente uma questão de conteúdo.

Foi-nos levantado também uma solicitação relativamente ao programa de reorganização dos diplomatas. O que é que isto quer dizer? Dentro da lógica da diplomacia, os diplomatas residem no país em que eles estão, nos postos, eles estão lá no mínimo 3 anos e no máximo 5 anos. Findo este prazo, têm que fazer a rotação, tornando-se necessário que eles voltem ao país para os serviços centrais e são afectados a outros pontos. E gostaria de dizer que esse montante é ainda insuficiente para que se possa fazer isso. Neste momento estamos com pessoas que querem ir para os postos e que não vão. Temos embaixadores que estão em São Tomé e Príncipe e que não podem ir para os postos, porque não temos condições de colocá-los lá e temos outros diplomatas que têm que fazer a rotação e não estamos em condições actualmente de poder fazer isso. Por isso, este montante é insuficiente para fazermos essa reorganização dos diplomatas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra está a precisar mais?

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades**: — O momento próprio virá e se chegarmos à conclusão que de facto o montante é insuficiente para que possamos fazer esta

reordenação, vamos ter que pedir mais, se for possível. Se não for possível, vamos adaptar a montante existente.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — *É só dizer que a gente dá.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, com a sua autorização, tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares** (Edite Ten-jua): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu costumo dizer que os problemas da Justiça não são tão visíveis quanto as estradas esburacadas do nosso país ou as carências que todos nós conhecemos sobejamente. No entanto, os problemas de que enfermam a Justiça corroem lentamente as instituições, a nossa sociedade e minam a confiança dos nossos cidadãos. Por outro lado, inibem o investimento, retraem ou mesmo atrasam o nosso desenvolvimento. Estamos conscientes disso. Foi dito pelo Sr. Deputado Albertino Bragança que existe um incremento da criminalidade e, disse mais, até que existem dois sectores fundamentais para debelar essa crise, mas que se encontram em situação degradante, a saber: a PIC e o estabelecimento prisional. Nós temos de concordar com a sua afirmação, porquanto a situação que temos na PIC é de facto gritante. Disse e referiu aqui muito bem que há falta de cadeiras, de janelas e eu iria mais longe, diria que praticamente há falta de quase tudo, à excepção da componente humana que lá permanece e que no dia-a-dia faz o melhor que pode para manter a nossa PIC ainda viva. Agora, é importante dizer que esta é a PIC que encontramos e nós não vamos abrir mãos desta PIC. Vamos olhar para ela, vamos analisar e trabalhá-la.

Eu dizia que parte dos elementos foram aqui indicados pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, desde janelas, cadeiras, mesas, não há ar condicionado, as condições de trabalho são de facto deprimentes, deploráveis, até se poder dizer assim, e não permitem condições mínima de trabalho para qualquer funcionário e, neste caso, os nossos agentes. Temos falta de quase tudo, falando ao nível do laboratório, da polícia científica ao nível da criminalística, telefoscopia, é gritante a situação.

A par dessa situação, temos também uma questão que é extremamente urgente que é a questão do enquadramento dos funcionários. Foi aqui referido também e é verdade. Temos muitos eventuais na PIC, mas do que efectivo e está-se a falar de um trabalho dum sector que tem que funcionar permanentemente. Naturalmente que todas essas situações originam descontentamentos. Portanto temos isso actualmente. Perante este cenário, o Governo elegeu a PIC como uma prioridade no âmbito da reforma da Justiça. Temos um relatório que foi produzido com o apoio da PNUD sobre o estado da PIC que contempla vários aspectos, desde logo a questão de organização da PIC no ponto de vista orgânico. A PIC não tem um regulamento interno, por exemplo, e é necessário, como já referi anteriormente, reenquadrar os agentes e é necessário repensar o espaço físico na própria PIC como um serviço basicamente criminalista e que está no centro da nossa cidade. É necessário repensar a questão de aquisição dos meios e dotar os nossos agentes de meios para que possam efectivamente fazer o seu trabalho.

A proposta orçamental que nós submetemos aqui à consideração dessa magna Casa é modesta, mas tivemos que ter em consideração que os recursos são escassos. Portanto, são os recursos disponíveis e há necessidade de contenção orçamental, bem como também a questão do próprio horizonte temporal deste Governo. Do essencial, eu diria sem querer ser repetitiva, nós agendámos o essencial.

Permitam-me indicar algumas coisas que temos aqui ao nível do nosso orçamento para aquisição dos meios especializados. Os nossos agentes reclamam falta de meios, desde colete à prova de bala, algemas, enfim, uma série de materiais especializados que não temos, e meios de comunicação. Há uma série de coisas que tem que ser vista.

Como foi referido aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro, no âmbito desse projecto de reforma da Justiça, criou-se uma Unidade de Reforma de Justiça (URJ) que, segundo foi aqui dito pelo Sr. Primeiro-Ministro, terá também a função de angariar fundos adicionais para fazer face a esse problema. Com isto basicamente queremos dizer que não esgotaremos as nossas pretensões só no orçamento. Envidaremos todos esforços no sentido de, com os parceiros que já temos e outros, vamos encontrar formas também para resolver esses problemas.

Quanto ao estabelecimento prisional a situação é gravosa e também foi aqui referido pelo Sr. Deputado Albertino Bragança. Eu costumo dizer que o problema do estabelecimento prisional só visto. Só indo lá para ver. De qualquer das formas, acreditamos que com o início da construção da primeira fase do estabelecimento prisional, estaremos em condições de reduzir pelo menos substancialmente muitos dos problemas que nós hoje enfrentamos. Não foi aqui dito, mas só como nota gostaria dizer também que para além da questão do próprio estabelecimento prisional há um outro aspecto que é essencial, porque estamos a falar do estabelecimento prisional, que é a própria questão de reinserção. Nós até os dias de hoje praticamente não temos feito reinserção e é um aspecto que este Governo também terá em grande consideração.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente as intervenções tidas aqui com relação ao funcionamento de diversos sectores. Deu-se conta que os sectores estão completamente despidos de meios, quer materiais quer humanas para o seu funcionamento, mas quem está fora desses determinados sectores não se apercebe muito disso. Não se apercebe porque tem-se verificado constantemente algum *show of* através da comunicação social. Diversas ofertas são feitas às instituições. Eu acho que há aqui dois problemas: ou o sector não tem sabido conservar o que lhe é oferecido, não tem sabido fazer o bom uso dos equipamentos que lhe são entregues, ou então temos que começar a repensar bastante aquilo que nós recebemos. Sinto-me bastante ofendido quando vejo um ministro ir à comunicação social agradecer ao receber uma oferta de uma instituição ou quem quer que seja, num valor de 20 000 euros. Lá vai o ministro a desfilar para agradecer, dizendo que este material vai ajudar o nosso sector, vai reduzir todas as nossas dificuldades, vai resolver todos os nossos problemas. Um ministro vai expor-se por 20 000 euros e quando se vai ver o material é todo ele obsoleto. Computadores obsoletos, equipamentos obsoletos e nós damo-nos ao luxo de fazer com que esses indivíduos possam exhibir lá fora a fotografia, as filmagens de que esteve com o ministro e que ofereceu isto e aquilo e a população lá fora que também vê isso pensa que realmente o sector está bem, a saúde do sector vai bem, tem recebido muitas ofertas. Temos que repensar isso. Temos que repensar isso para dignificar o nosso país. Não é normal que um ministro tenha estar para agradecer uma oferta de 20 000 euros, em nome do país. E essas instituições que fazem essas ofertas tão pequeninas também já ganharam o hábito de fazê-lo, porque acham que sempre que dão uma coisinha de 10 000, 15 000 ou 20 000 euros o governo fica satisfeito. Portanto, acho que temos que repensar um pouco como relacionar com esses sectores e com os nossos parceiros, quer sejam eles entidades individuais quer sejam oficiais.

Ouvi da parte do Sr. Primeiro-Ministro algumas considerações sobre as Forças Armadas, que careciam de equipamentos, uniformes e mais outros equipamentos, mas eu digo sinceramente que olhei para este Orçamento e não consegui identificar em que local se prevê alguma verba para aquisição dos equipamentos para as Forças Armadas. Digo isto porque se formos, por exemplo, ver a parte que fala de «Unidade de protecção dos dirigentes» vemos claramente «aquisição de fardamento, armamentos e meios de comunicação». Está claro aqui, mas em outros sítios não está e não vejo. Todavia, o montante que se coloca para esta actividade, isto é, «aquisição de fardamento, armamento e meios de comunicação» é irrisório. 40 000 euros para tudo isso, Sr. Primeiro-Ministro, não sei como se vai gerir. É irrisório!

Igualmente me preocupa quando se fala aqui de «aquisição de carros de bombeiros, 50 000 euros». A não ser que seja um carro de segunda mão.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — *Não, terceira.*

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — *Quarta mão.*

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Portanto, este montante não chega para comprar um carro de bombeiro. E daí que não sei como é que o Governo vai lidar com isto. Ou acha que se tem num outro lado qualquer montante que irá acrescer a este para que se possa adquirir o carro de bombeiro?

Com relação aos Negócios Estrangeiros, acho que temos que repensar o nosso sector de Cooperação. Não é possível que ande de um lado para outro. Ora está nos Negócios Estrangeiros, ora está nas Finanças. Isto não funciona. Isto não funciona porque as Finanças dão o seu tratamento ao sector de Cooperação e os Negócios Estrangeiros também dá outro tratamento. Daí que há que se encontrar uma forma definitivamente de se saber em que local pode ser instalado o sector de Cooperação. Diria mais, seria de tudo importante que se pensasse na criação de uma agência nacional de cooperação e deste jeito deixaríamos de ter uma cooperação que anda de um lado para outro. Teríamos uma agência nacional de cooperação afecta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e qualquer um que viesse assumir esse cargo iria respeitar. Isto preocupa-me porque esta deslocação constante do sector de Cooperação não somente prejudica o seu funcionamento em termos de deslocação como em termos de percas de arquivos, de substituição de quadros que ocupam esta ou outra função, quando está nos Negócios Estrangeiros já não querem ir para Finanças e quando está nas Finanças não querem pertencer aos Negócios Estrangeiros e, portanto, esses quadros ficam desenquadrados. Por outro lado, há também que ter em conta o fenómeno partidarização que se verifica nesses sectores. Isto faz com que se o indivíduo é de um determinado partido e o ministro que veio é do outro, os dossiers comecem a ser desviados, escondidos e nunca se consegue saber o que é que o sector de Cooperação vem fazendo e prejudica muito o País, porque já perdemos muito com este estado de coisas. É preciso que se encontre uma forma de resolver essa situação, evitando esse fenómeno partidarização e que os quadros estejam conscientes de que estão lá para servir o País, seja com que ministro for.

Igualmente, acho que a componente salarial nesse sector também não motiva muito as pessoas que assumem essas funções. Há que ter em conta a componente salarial para um sector vital e tão importante para a vida nacional. É preciso que se dê tratamento aos sectores em função das suas utilidades.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscritos e não sei de depois dessa última intervenção o Sr. Primeiro-Ministro quer fazer esclarecimentos adicionais.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, relativamente à verba consignada para aquisição de fardamento, é o dobro daquilo que foi anunciado pelo Sr. Deputado Jorge Amado, cerca de 98 000 euros. Mas gostaria de dizer que, à semelhança das intervenções que tive anteriormente, esse sector militar tem beneficiado da cooperação e de ajudas externas para a aquisição de determinados materiais. No quadro da cooperação com Portugal, com Angola e mesmo com a China (Taiwan) habitualmente temos apoios que nos permitem suprir as nossas dificuldades em matéria de aquisição de materiais.

Dissemos aos Srs. Deputados que encontramos uma situação periclitante com o Estado Maior fora do quartel, com uma despesa de renda de cerca de 2,5 000 euros por mês, sem material de aquartelamento e sem, enfim, uma série de equipamentos que são indispensáveis para o patrulhamento e para os exercícios, o que nos leva seriamente a reflectir sobre aquilo que queremos com as nossas Forças Armadas.

Hoje temos o serviço da marinha, extremamente importante para a vigilância da nossa ZEE. Sabemos que estamos inseridos no Golfo da Guiné e há um aumento de actividades ilícitas, ou pelo menos há a tentativa de aproximação das imediações das nossas fronteiras de piratas, ou de indivíduos que têm actividades que são consideradas ilícitas, sem falar de autêntico ecocídio que muitas vezes se verifica nas nossas águas com a lavagem de tanques. Muitos de nós já padecemos de conjuntivites e outras infecções ao nível oftalmológico devido a actividades poluentes que têm lugar nas nossas águas. Portanto, a importância da Guarda Costeira é fundamental, sobretudo para poder vigiar a prática de actos que atentam contra os nossos interesses, sem falar da pilhagem dos nossos recursos haliêuticos e do risco de transacções que são nocivas para a tranquilidade do nosso Território.

Temos também problemas de controlo da nossa fronteira aérea, vimos a situação dos aparelhos que existem no nosso Aeroporto. Sabemos que a nossa pista não está iluminada e corremos o risco de estar numa situação bastante difícil em relação a algumas organizações internacionais, como a ICAU. Portanto, há todo um manancial de dispositivos que temos que tomar gradualmente e se insistirmos nesse aspecto da cooperação é porque ela é vital para que possamos, pelo menos, debelar os males que são essenciais.

Para dizer aos Srs. Deputados que estamos seriamente preocupados. Vamos rever a Lei da Programação Militar e é preciso que tudo isso se faça de uma forma harmoniosa para não criar depois embaraços, nem situações que depois dificultem o controlo. Viremos aqui à Assembleia com um projecto de revisão desta Lei e viremos também aqui com questões que se prendem com a nossa defesa nacional. A questão da defesa nacional não diz só respeito ao Governo, nem só ao Presidente da República. A representação nacional tem que poder opinar sobre questões que são fundamentais para a defesa do nosso Território e, sobretudo, o envolvimento de toda gente permitir-nos-á saber exactamente o que é que se passa e, conjuntamente, debelarmos as dificuldades com que nos confrontamos.

É o que gostaria de dizer e acho que demos resposta às principais preocupações que foram levantadas aqui pelos Srs. Deputados. A mobilização de recursos extraordinários não será em violação do Orçamento e, se tivermos a necessidade de fazer orçamentos rectificativos, não hesitaremos em poder recorrer novamente à Assembleia para procedermos a essa rectificação.

O que queremos fazer é ter uma actuação que vai aproximando o nosso Estado de um Estado que funcione com alguma normalidade e sem arbitrariedades, sobretudo para ganharmos a confiança dos nossos parceiros e precisamos de resgatar a sua confiança. Porque muitas coisas são ditas, mas quando formos ver na prática, a forma de agir não é a mais correcta. Temos que pôr este Estado a funcionar como um estado moderno, um Estado pequeno e de fracos recursos, mas um Estado com dignidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, tenho aqui uma preocupação, duas de facto, que não têm que ver com o montante das verbas, mas sim com a lógica por detrás dos gastos que fazemos. Está aqui uma verba, «reabilitação da residência oficial do morro da Trindade». Acho que será, certamente, uma obra necessária, mas já vi nos últimos 10 anos umas três reabilitações. Quem fala disso, fala também das reabilitações de outras residências afectas à Presidência da República. Por exemplo, aí na Avenida da Independência, aquelas casas já foram reabilitadas também, por ocasião de cimeiras, uma, duas, três vezes. Portanto, era no sentido de se estudar uma forma de garantir que essas reabilitações representem um ganho duradouro. Porque reabilitamos, ficam ali, deterioram-se e depois, passados anos, vamos outra vez reabilitar. Temos que pensar num processo de gestão e de utilização dessas infra-estruturas que fosse mais produtivo. Nalguns casos até nem sei se já acabou, haviam algumas casas das roças que estavam afectas e tudo isso ficamos aqui num círculo vicioso que é de facto preocupante. Portanto, para frisar bem que não é nada que tem a ver com as verbas aqui, é pensarmos numa utilização mais adequada e mais duradoura desses bens.

Também não posso deixar escapar aqui, a não ser que a Sra. Ministra me dê explicações, nos Negócios Estrangeiros, está aqui «obras de reabilitação e revisão da rede eléctrica». O valor me parece também muito alto, assim a partida, sobretudo quando a própria Sra. Ministra se referiu à questão do programa de reorganização diplomática. Aí devo dizer que a reorganização diplomática devia passar também, sei que este Governo tem pouco tempo, para a questão mesmo da localização das nossas representações diplomáticas. Há sítios realmente em que temos despesas, que pessoalmente acho que são só despesas porque a quantidade e a qualidade de recursos é tão mínima que não pode atingir níveis críticos de desempenho, mas isso pode ser questão para mais tarde. Queria de facto chamar atenção para essas questões de reabilitação. De facto não entendo o valor que está aqui para a questão do Ministério, outras verbas. Parece-me que se tem que acabar com a construção do novo edifício, mas só

para a revisão da rede eléctrica me parece elevado. A não ser que já haja projectos e que eles estejam estimados neste valor.

O Sr. **Presidente**: — Novas inscrições Srs. Deputados.

Pausa.

Não sendo o caso, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Rafael Branco, relativamente àquilo que chamaria de «parque imobiliário do Estado» afecto ao Presidente da República e as verbas que se encontram alocadas à reabilitação, sobretudo do moro da Trindade, as chamadas «casas de passagem», é o orçamento da Presidência, mas entendemos que essas casas encontravam-se num estado de degradação bastante avançado.

Concordo com o Sr. Deputado que é mister que de uma vez por todas encontremos a forma de conservar essas casas e dá-las uma utilização que permita a sua, digamos, manutenção sem que tenhamos que estar, periodicamente, a arranjar dinheiro para a reparação, com tudo que isso comporta para o erário público.

O moro da Trindade é a segunda residência oficial do Chefe de Estado e, como disse e muito bem, no passado, beneficiou de intervenções, só que não tendo sido habitada nem sido utilizada de uma forma corrente para recepções oficiais, para encontros, etc., enfim, a falta de uso acaba por redundar neste imóvel que faz parte do parque imobiliário do Estado afecto ao serviço do Presidente da República. Diria que, se calhar, era conveniente que víssemos essa questão de uma forma global. Como diz e muito bem, há casas que estão afectas ao Presidente da República nas empresas agrícolas, algumas dessas empresas estão concessionadas e a conservação desses edifícios muitas vezes é assegurada pelo concessionário. Era bom termos um inventário global dessas casas e depois redefinirmos, pode haver várias formas, vários *modus faciendis*. Isto é, um protocolo com a Presidência da República e com organismos de turismo, como forma de se poder levar a utilização dessas casas de forma criteriosa, procurando recursos para que se faça a manutenção sem que isso represente efectivamente um ónus para o erário público. É uma questão que se deve ponderar e a sua intervenção tem toda a pertinência, Sr. Deputado Rafael Branco. Tomamos boa nota.

Aproveitaríamos, se calhar, esta senda para dizer que há, efectivamente, que se dar uma atenção particular à questão do próprio aspecto arquitectónico da nossa cidade. Por exemplo, todo o acervo imobiliário que circunda a área da Presidência da República, a parte traseira os Tribunais, dá um aspecto desolador. Há uma degradação visível e seria bom que efectivamente víssemos esses aspectos numa posterior ocasião, porque há muitas coisas que se passam mesmo ao nível da nossa cidade que não são aceitáveis e acho que isso devia impelir-nos para, digamos, uma reflexão muito profunda sobre essa nossa pequena cidade que hoje está num estado deplorável. Há *gofes* na cidade...

Murmúrios gerais.

Vozes: — O quê que é gofe?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...há partes da nossa cidade em que não podemos transitar, com um cheiro nauseabundo terrível. A nossa cidade está num estado lastimável. Portanto, não vem a propósito, mas era apenas para chamar a nossa atenção que devemos preocupar-nos efectivamente com o aspecto arquitectónico da nossa cidade, para mantermos a harmonia e sobretudo aqueles edifícios que são considerados emblemáticos e que marcam uma época da nossa história. Acho que faz todo o sentido que reflectamos sobre, enfim, como é que devemos manter e conservar essa nossa cidade que era tão bela e que continua a sê-la, mas com aspectos visíveis de degradação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvindo o Sr. Deputado Rafael Branco e posteriormente o Sr. Primeiro-Ministro, ocorreu-me alguma preocupação. É que vimos aqui a reabilitação do edifício do moro, realmente é um edifício onde não se reside há muito tempo e deveria ser a residência oficial do Presidente da República, mas o Presidente cessante tinha a sua própria residência e então aquela ficou à sua sorte. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, esses edifícios, que têm algum valor arquitectónico, devem merecer um tratamento especial e deve-se sempre colocar uma verba que não seja no orçamento da Presidência, mas uma verba especial para dar atenção a esses edifícios todos. Porque vejamos: desde que estou na Assembleia Nacional nunca vi um orçamento em que não viesse «reabilitação do edifício do gabinete do Primeiro-Ministro». É só um gabinete e em todos os orçamentos vem isso. Acho que, das vezes que já se reabilitou esse edifício, teríamos construído um novo edifício para o gabinete do Primeiro-Ministro.

Estou a procurar com muita atenção, mas desta vez não veio o edifício do Ministério das Finanças, mas temos que encontrar uma forma de enquadrar isso, para que saibamos o que se faz com essas verbas todas.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, há uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Rafael Branco, não sei se quererá fazer os devidos esclarecimentos.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades**: — Sr. Presidente, o sistema eléctrico do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros está degradado. Há duas semanas tivemos duas tentativas de incêndio. A caixa que recebe a energia para o edifício queimou-se por duas vezes. Portanto, tudo que lá está precisa de ser reabilitado. Sr. Deputado, acho que esse montante é bem-vindo para que de facto possamos reabilitar todo o sistema eléctrico daquela casa.

Temos situações em que de um lado temos internet e de outro não existe, quer dizer, fez-se a extensão da casa, mas não se tomou em conta o sistema eléctrico. Portanto, urge que façamos de facto uma reabilitação do sistema eléctrico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de fundo. Por isso é que propusemos essa verba para que essa reabilitação se possa fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não tenho na nossa lista de inscritos mais Deputados que queriam usar da palavra.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, é apenas para reforçar a preocupação do Sr. Deputado Rafael Branco.

É que estamos a aprovar o Orçamento e é com base nos números que estão aqui plasmados que os sectores vão lançar concurso público. A reabilitação da rede eléctrica do edifício que todos conhecemos, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com um montante de cerca de 300 000 euros, é muito dinheiro. Só se estiver incluído transformadores e, talvez, geradores. Se são todas essas componentes que fazem parte da rede eléctrica, tudo bem, mas se for só substituir os cabos, interruptores, quadros eléctricos e tomadas, 300 000 euros é muito. É só para fazer atenção, porque quem irá fazer não é, certamente, os Ministros nem os técnicos do Ministério, são os empreiteiros. Se tomarem conhecimento de que existe 300 000 euros, quando lançar o concurso toda a gente vai pôr um valor próximo disso, quando se calhar não vai ser necessário a metade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Quero recordar que ainda temos algum tempo, o MDFM-PL tem 3 minutos, o PCD 9, o MLSTP/PSD 51 e o Governo, 29.

Não temos mais inscritos, o que significa que para essa questão da área institucional poderemos, eventualmente, considerar esgotadas as preocupações.

Vi que nenhum dos Srs. Deputados nem o Governo fizeram referência à questão dos Tribunais e isso pode ser entendido que os números alocados ao sector dos Tribunais estão correctos.

Se não houver mais questões a serem consideradas, iria considerar esgotadas as intervenções e o debate sobre o sector institucional. Posso assim considerar?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Se assim for, ficaríamos por aqui hoje, considerando que a área institucional foi toda ela apreciada, voltando amanhã para analisarmos a área económica e financeira.

Desta feita, agradeço a presença do Sr. Primeiro-Ministro, das Sras. e Srs. Ministros e dos caros colegas Deputados e Deputadas.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 13 horas.

Faltaram à sessão os Srs. Deputados do ADI.

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**

Adilson Cabral **Managem**

Alexandre da Conceição **Guadalupe**

André Varela **Ramos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**

Cecílio Quaresma da Graça Sacramento

Celmira Almeida do **Sacramento**

Domingos José da Trindade **Boa Morte**

Domitília Portulêz **Trovoadá** da Costa

Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**
Hélder Paquete Lima
Heliodoro Pires **Quaresma**
Idalecio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José da Graça Diogo
José António do Sacramento **Miguel**
José Manuel M. Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário Fernando
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio Costa de Boa Morte **Fernandes**
Paulo Jorge de **Carvalho**
Roberto Patrício das Neves **Lombá**